



## HATE ROCK E NEOFASCISMOS NO BRASIL E NOS ESTADOS UNIDOS: NOTAS SOBRE UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.4020

Pedro Carvalho Oliveira, UEM

### Resumo

O presente trabalho tem como objetivo apontar semelhanças e diferenças sobre a presença de um mesmo fenômeno político em duas sociedades diferentes, próximas no espaço e no tempo: os neofascismos no Brasil e nos Estados Unidos entre os anos de 1990 e 2010. Os documentos selecionados para essa análise foram músicas de um gênero conhecido como *Hate Rock*, cuja função é disseminar ideias fascistas e impulsionar a violência contra grupos sociais e políticos específicos. Por meio das músicas de quatro das mais importantes bandas de cada país (“Bandeira de Combate” e “Comando Blindado”, do Brasil, e *Angry Aryans* e *The Voice*, dos EUA), foi possível perceber como de ambos os lados existe a partilha de permanências em relação aos fascismos históricos, mas também de discontinuidades geradas pelo contexto do qual produziram seus discursos, ou seja, em sociedades dotadas de especificidades culturais, mas que dialogam historicamente. Nesse sentido, veremos como e por que, embora partilhem de princípios políticos iguais, a visão desses neofascistas sobre si mesmos e sobre os discursos hegemônicos presentes em suas sociedades variam.

### Palavras Chave:

Hate Rock;  
Neofascismos; Relação  
Brasil-Estados Unidos.

## Introdução

Brasil e Estados Unidos possuem relações políticas antigas, cujas raízes remetem ao início do século XIX e aos primórdios da Doutrina Monroe. Naquele período, os EUA, seguindo o seu "Destino Manifesto", por meio do qual acreditava que deveria levar seus conceitos de civilização para toda a América, submetia as nações do Sul ao seu controle econômico e político. Os efeitos dessa influência, com tensões registradas no decorrer do tempo, podem ser observados até hoje. Longe de nós fazermos uma ampla e pretenciosa digressão, nos deteremos às relações mais recentes entre os dois países para encontrarmos aproximações entre eles. Uma dessas aproximações se encontra um mesmo fenômeno político: os neofascismos.

No início dos anos 1990, cada um dos dois países vivia conjunturas particulares, mas convergentes em alguns aspectos. O Brasil observava Fernando Collor de Melo, primeiro presidente eleito pelo voto popular após quase trinta anos de eleições indiretas, ajudar a recém reformada democracia brasileira a dar seus primeiros passos; o regime militar havia chegado oficialmente ao fim em 1985, quando a redemocratização, concretizada por meio da Constituição de 1988, começou a ser empreendida. Já os EUA acompanhavam com entusiasmo a dissolução da União Soviética, o fim do bloco econômico socialista e o surgimento de novas possibilidades de crescimento capitalista, algo fortemente buscado por Bill Clinton, primeiro presidente eleito após o fim da Guerra Fria.

A "vitória" do bloco capitalista capitaneada pelos EUA significou, dentre tantas coisas, a expansão das visões de mundo, fossem elas no âmbito cultural ou econômico, do regime vencedor. Era o momento certo para os EUA ampliarem sua hegemonia sob o espectro da vitória. O neoliberalismo se tornou vigoroso frente ao fracasso socialista e uma tendência crescente em muitos países. O

Brasil foi um deles, sobretudo após a eleição de Fernando Henrique Cardoso à presidência em 1995. Seguimos o alinhamento da Nova Ordem Mundial, dentro da qual a bipolaridade Oeste/Leste dava espaço à orientação Norte/Sul, ou países centrais/países periféricos (GUITMARÃES, 2001).

Embora tenhamos permanecido em situação periférica, o Brasil acompanhou o crescimento de políticas internas voltadas à diminuição das disparidades sociais com os dois governos de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006 e 2007-2010). A continuidade desse projeto encaminhada pela presidenta Dilma Rousseff, sua sucessora eleita em 2010, foi interrompida por um golpe parlamentar em 2016. Apesar dessas transformações, Lula e o Partido dos Trabalhadores mantiveram, na política externa, uma postura pragmática, não rompendo com os interesses do empresariado estadunidense e a situação até então vigente entre a relação dos dois países (CABRAL, 2011).

Entre 1994 e 2010, os EUA viram três mudanças de governos com características bem diferentes. Após Clinton, George W. Bush assumiu num momento conturbado, pouco antes dos atentados ao World Trade Center em 11 de setembro de 2001. Foi o início da chamada "guerra ao terror", de intensa islamofobia no país e medidas autoritárias para deter os "inimigos" pertencentes ao chamado "eixo do mal" (CABRAL 2011). Depois, no governo Barack Obama, houve um recrudescimento desse panorama com a retirada das tropas do Iraque.

Nesses dois cenários, durante vinte anos, movimentos de skinheads neofascistas disputaram espaço entre outras forças políticas locais, mesmo essa disputa sendo diferente nos dois países, mas igualmente expressivas. Atualmente, forças políticas autoritárias e debates sociais conservadores tem aflorado tanto no Brasil quanto nos EUA, consequência

de uma corrente global. Os discursos hoje proferidos por parcelas das duas sociedades em muito se assemelham com os discursos neofascistas, cuja força em cada país foi impulsionada nas duas últimas décadas e hoje se tornam sedutoras em meio a um avanço extremista. O que há de comum e de singularizador entre os dois casos? Como, em uma dinâmica tensionada, na qual nem sempre o Brasil está tão alinhado aos interesses dos EUA quanto se imagina, os neofascistas disputam a legitimidade de seus movimentos em detrimento do outros? Por fim: como cada modelo de um mesmo fenômeno político discute a hegemonia?

### **Skinheads neofascistas no Brasil e nos EUA: um breve histórico**

Os skinheads são, ao mesmo tempo, produtores, difusores e consumidores do Hate Rock. Por essa razão, é importante compreendermos, mesmo brevemente, como se deu o surgimento desses agentes em cada país. Embora os dois países já conhecessem movimentos neofascistas desde o pós-guerra, os skinheads neofascistas começam a se organizar no Brasil e nos EUA mais ou menos na mesma época, em meados dos anos 1980, pouco depois do fenômeno britânico assumir posturas extremistas. Como não é possível precisar em qual dos dois países sua ocorrência foi pioneira, ou mesmo quando, deixemos que a documentação e os estudos sobre isso nos deem uma estimativa.

Segundo Mark Potok (2012), integrante da *Southern Poverty Law Center*, uma das maiores organizações estadunidenses voltadas ao mapeamento de organizações de extrema-direita e à defesa dos direitos civis, os skinheads neofascistas estadunidenses surgiram primeiro no sul do país. Exaltavam a Ku Klux Klan e se posicionavam como supremacistas raciais, razão pela qual a identificação com o nazismo é mais presente entre eles se compararmos aos

brasileiros. Por aqui, os primeiros skinheads neofascistas preferiam os ideais de fascismo e pertencimento nacionalista do modelo italiano, como nos diz Márcia Regina da Costa (2000).

Nos EUA existe a presença de uma cultura hegemônica histórica disseminada pela aristocracia identificada como branca, de descendência britânica e protestante (WASP, no acrônimo em inglês, *white, anglo-saxon and protestant*), hoje mais ou menos assimilada socialmente, apresentada como responsável por definir as bases nacionais do país mesmo havendo atualmente um considerável recrudescimento de sua aceitação como elemento justificador da necessidade de uma homogeneidade social. Essa cultura se materializou de diversas formas.

Segundo Gerald Horne (1999), as intervenções dos EUA fora de seus limites territoriais sinalizam uma constante: ocorrem quando os interesses do país ou das elites brancas de outros Estados encontram-se ameaçados, algo impregnado de um ranço deixado pela “Doutrina Monroe” e pela doutrina do “Destino Manifesto”. Também se materializou em organizações como a própria Ku Klux Klan, no final do século XIX, e a neonazista *Aryan Nations*, já nos anos 1970, dedicadas ao combate à presença de diferentes etnias nos EUA e propondo mesmo a violência contra elas. Por essa razão os skinheads neofascistas estadunidenses se aproximaram com veemência do nazismo e de sua proposta de “pureza racial”.

Já no Brasil, “o discurso sobre a miscigenação entrou no imaginário nacional a partir da positividade encetada por Gilberto Freyre, dando origem ao mito da democracia racial” (SOARES DO BEM, 2005, p. 14), velando assim o nosso racismo tanto quanto possível. Essa ideia percorreu o tempo e foi reforçada inclusive pela Aliança Integralista Brasileira, maior movimento fascista fora da Europa nos anos 1930, ganhando espaço entre os neofascistas locais como

elemento unificador. Dessa forma, muitos desses militantes (com exceção dos envolvidos com o neonazismo) acreditam que a união entre as três “raças” (os brancos, os negros e os indígenas) é a identidade étnica e histórica sustentadora de seus discursos. Eis, desde já, a principal diferença entre os skinheads neofascistas dos dois países: entre os estadunidenses não há qualquer tolerância a outras etnias e a ideia de algo semelhante a uma “democracia racial” parece impossível.

Esse elemento leva os neofascistas brasileiros a crerem na incoerência do racismo nazista, como se ideias fascistas necessitassem de qualquer coerência para existirem. Porém, em decorrência disso os skinheads brasileiros estão mais identificados com o autoritarismo nacionalista dos fascismos clássicos do que com os discursos racistas, mesmo isso não sendo uma regra entre todos eles. Além disso, estão mais próximos aos skinheads britânicos por terem aparecido no seio do operariado brasileiro, bem como seus ancestrais europeus. Entre os estadunidenses, seu berço foi a classe média-alta (POTOK, 2012).

A formação dos dois movimentos de skinheads neofascistas em muito determinaram os caminhos seguidos por eles. De um lado, a pretensa reconquista de uma “América” branca e a supremacia racial sobre os elementos não pertencentes a essa estirpe, vistos como ameaças externas e internas; de outro, um nacionalismo conservador e autoritário, cercado por uma dinâmica social em vias de redemocratização e, de acordo com o senso comum, inteiramente submetida ao imperialismo estadunidense. Essas diferenças se evidenciam com a mesma frequência com a qual as semelhanças aparecerão, nos conduzindo a um olhar sobre o diálogo entre o passado e o presente dos fascismos.

**Ódio ao outro: diferenças e**

## **semelhanças na prática neofascista**

Nos anos 1990, quando a Internet passou a se tornar com maior intensidade um meio de comunicação doméstico na Europa e nos EUA, o Hate Rock foi impulsionado globalmente. Não mais se tratava de músicas precariamente distribuídas no *underground* europeu, mas algo divulgado em larga escala em diversos países, fortalecendo e fermentando movimentos neofascistas já existentes. Por meio de alguns poucos cliques era possível chegar a sites de grandes organizações neofascistas como a *Blood & Honour*, e por meio dela navegar até links para download de material musical com discursos de ódio.

Essa foi a década na qual a banda estadunidense *Angry Aryans* começou sua produção musical, se tornando pouco depois uma das mais renomadas bandas do gênero nos EUA (MARTINEZ JR.; SELEPAK, 2012). Em 1997 a banda lançou seu primeiro álbum, intitulado *Race mixing is treason* (“miscigenação é traição”) em formato cassete, ainda popular à época. Na faixa três, homônima ao álbum, ouvimos: “Miscigenação é traição/Esses traidores da raça são uma desgraça/Eles não se importam com a preservação de nossa raça/Quando vocês virem os ‘misturados’/Chutem suas cabeças”. Se traduzirmos o nome da banda para o português, veremos qual raça eles buscam preservar: “arianos raivosos”.

Os negros são, para os neonazistas estadunidenses, o que Peter Gay (1995) chama de “outro conveniente”, um elemento destoante do “ser americano”, devendo este ser branco. Robert O. Paxton (2007) explica que numa sociedade onde haja a presença de qualquer grupo social distinto étnica ou nacionalmente, é sobre eles que o ódio neonazista recairá, não sendo necessário estes serem detentores do poder oficial de Estado ou mesmo numericamente superiores, como no caso da Alemanha durante a ascensão do nazismo. Aos neonazistas basta a existência da alteridade. Os negros são apenas um dos

alvos dos neonazistas estadunidenses, provavelmente os mais atacados. Mas seu racismo é direcionado também aos hispânicos, judeus, entre outros, sendo a miscigenação um meio dessas diferentes etnias “destruírem” sua “raça”.

A banda *The Voice* parte da mesma noção. No disco *Rage* (“raiva”), lançado em 1996, está a música *Hang'em high* (“enforcem-nos no alto”), cujo refrão diz: “Duzentos anos depois nossa nação está sendo tomada/Por todas as criaturas alienígenas trazidas pela escória sionista/Se não nos erguermos e lutarmos em nome de nossa terra/Não haverá futuro para o homem branco”. O discurso dispara ódio para todos os lados, mas o impulsor central é o racismo.

A nação que “está sendo tomada”, segundo a banda, é a sua própria, os EUA, perdendo assim seus sustentáculos homogenistas com a chegada de novas etnias, de agentes externos à nação, ou “criaturas alienígenas”. A culpa disso seria dos judeus, ou “sionistas”, expressando o antissemitismo da banda. Para Carlo Ginzburg (2006), o nazismo enxergava a conspiração judaica ou sionista como a busca por uma infiltração em todos os níveis da sociedade, objetivando um domínio mundial. O racismo, permanência do nazismo clássico, está no fato de sua perseguição aos judeus não se tratar de buscar “destruir uma cultura e uma religião, mas a destruição de uma ‘raça’, de todo um grupo humano, posto que o mal que o judaísmo representava residia no próprio sangue judeu” (TEIXEIRA DA SILVA, 2014, p. 45).

Esse discurso antissemita que liga os neonazistas ao nazismo clássico, intrínseco a esse viés político, também se faz presente entre os brasileiros como forma de “autenticar” seu alinhamento, bem como de explorar o conspiracionismo. Vemos isso na música “Nutrindo raiva, causando dor”, da banda porto-alegrense “Comando Blindado”, lançada em 2006 no disco “Marchando

rumo à vitória”: “O inimigo está perto, controlando você/Invade sua mente através do jornal e TV/São os malditos judeus que tem o controle das massas/Dominam a mídia e promovem tanta desgraça”. Os judeus, “o inimigo” da música, são responsabilizados por um controle hegemônico cuja consequência é negativa aos neonazistas.

A mesma banda, em 2001, tinha outra postura quanto ao nazismo. Isso pode ser atestado pela letra da música “Pano de chão”, do disco “Luta Nacional”. Ao afirmarem seu ódio ao comunismo, marca das ideologias fascistas, dizem em seguida: “E para provar sua falta de assunto/Vai me chamar de racista e nazista/Isso só comprova sua burrice/Eu sou brasileiro, orgulho nacionalista”. A banda recusa o alinhamento ao nazismo e se afasta de uma imagem racista, se voltando ao nacionalismo pelo qual defende o anticomunismo. Ser nacionalista se mostra mais importante do que racista ou nazista, algo mais comum aos neofascismos brasileiros. A mudança vista cinco anos mais tarde sinaliza para algum acontecimento que, infelizmente, foge do nosso conhecimento.

Márcia Regina da Costa, ao entrevistar dois jovens skinheads paulistas, sendo um deles negro, ouviu: “Lá [na Inglaterra] eles são racistas (...) e nós aqui, como vamos ser racistas?”. O outro diz: “Como você vai ser racista aqui? A nossa raça é misturada (...)” Ele diz ainda: “Só que muitos falam que o nazismo também é racismo, mas não é! Todo mundo aprendeu na escola que o nazismo é racismo, mas agora está surgindo uma revolução” (2000, p. 146) Essa “revolução” seria fundamentada na ideia de que Hitler não era racista e tal imagem teria sido resultado de uma manipulação da imprensa composta por seus inimigos, pelo poder hegemônico. Por um lado, a declaração dos jovens mostra a confusa noção presente entre os skinheads brasileiros sobre os movimentos

neofascistas europeus. Por outro, reafirma a ideia de que o neonazismo, por seu racismo, é incompatível com o Brasil.

Não devemos nos sustentar nesse discurso, correndo o risco de, primeiro, ignorar a presença de um racismo cultural e institucional no Brasil e, segundo, negarmos a possibilidade de existirem neonazistas no país. A nós importa entender os motivos pelos quais eles existem independentemente de suas incoerências. Os fascismos são incoerentes por natureza. E ainda que o racismo seja parte constituinte de muitos deles, não é elemento decisivo. Prova disso é a banda baiana “Bandeira de Combate”, surgida no estado com a maior presença de pessoas negras do país, a Bahia.

A banda, como outras do cenário nacional, busca uma autenticidade marcada pelo terreno do qual discursam e em oposição aos modelos estrangeiros, delimitando assim o seu nacionalismo. Isso está presente em “Carecas do Brasil”, música do álbum “Questão de Honra”, de 2001: “Fale-me dos skinheads da europa/que eu lhe mostrarei que somos tão fortes quanto eles/(...). Somos unidos, fortes e conscientes”.

Essa busca por identidade nacionalista também se opõe ao imperialismo e às forças políticas responsáveis por “submeter” o Brasil. Isso aparece em “Tio Sam”, música lançada pela banda no mesmo álbum: “A águia americana quer pôr suas garras sobre a nossa bandeira/Expulsem Tio Sam, ele quer pôr suas mãos em nossas riquezas/Por isso aponta para nós sua pistola da ganância/Com um tiro fatal ele irá ferir o orgulho nacional”. Com isso, estimulam a crença em uma relação estanque de dominação completa dos EUA sobre o Brasil e mostram como ela é uma ameaça ao “orgulho nacional”.

Ainda que movimentos de skinheads em todo o mundo acabem dialogando de alguma forma, cada um deles se deterá ao seu território nacional.

Esse nacionalismo “por definição exclui de sua alçada todos os que não pertencem à sua própria nação, ou seja, a grande maioria da raça humana” (HOBSBAWM, 1992, p. 176). Portanto, as características nacionais de cada um deles serão exaltadas para que tentem justificar a sua superioridade. Por essa razão, os neofascistas estadunidenses frequentemente rejeitam os latino-americanos. A “mestiçagem” constantemente aludida pelos brasileiros, por vezes impulsionadoras de uma identidade nacional, é inconcebível aos estadunidenses por sua busca incessante pela pureza racial.

Tanto no Brasil quanto nos EUA, os skinheads neofascistas se aproximaram dos fascismos clássicos, fosse por meio do antissemitismo inerente ao nazismo histórico, ou pelas noções de nacionalismo. Ao mesmo tempo, se distanciaram deles por estabelecerem inimigos nacionais específicos, próprios aos países dos quais discursaram e diante de conjunturas políticas particulares, do seu próprio tempo, ainda que elas de alguma forma dialogassem. Ambos estimularam a retórica fascista em diversos âmbitos no processo de adaptação de seus discursos e de suas idealizações sociais. Ancoradas por histórias próprias, essas idealizações se flexibilizaram e foram construídas com a influência direta delas.

### Considerações finais

Neofascistas brasileiros e estadunidenses consideram a existência de forças hegemônicas contra as quais direcionam suas lutas, criando a ilusão de serem vítimas, oprimidos pelos seus inimigos. Nos dois casos a ideia de controle judeu aparece, marcando a característica mais emblemática do nazismo clássico. Ao mesmo tempo, consideram um vasto número de outros inimigos responsáveis por embarreirar a concretização de seus ideais: estrangeiros, negros, países imperialistas, entre outros. A ideia é sempre mostrar, com ódio e ressentimento, como a presença do

“outro” é nociva à sua nação.

Isso apresenta com clareza a busca desses movimentos por se tornarem oposição, “revolucionários”, contrários à força de seus inimigos cujos propósitos são impedi-los de exercerem seus discursos abertamente, ou de traírem os princípios nacionais caros às suas visões de mundo. Há frequentemente a impressão de que todos os seus inimigos são, de alguma forma, parte de um poder hegemônico. Reforçam a necessidade de combater o *stablishment* e, assim, dar início a um mundo novo. Contraditoriamente, visam derrubar a opressão para edificarem a sua própria em nome da nação almejada, sob a justificativa de lutarem em nome de um bem maior. A hegemonia pretendida não é menos violenta e excludente, mas é mais explícita quanto aos seus objetivos.

Ao mesmo tempo, um lado poder, por vezes, enxergar o outro como inimigo. Os brasileiros podem compreender os estadunidenses como força hegemônica a ser combatida. Os estadunidenses não compreendem qualquer outra etnia como legítima, portanto também os latino-americanos. Entre os primeiros, há uma clara noção de existir uma força externa a ser combatida para o crescimento de sua nação. Entre os segundos, pode existir a mesma noção, mas cercada por uma compreensão de superioridade.

## Referências

ANGRY Aryans. Race mixing is treason. In: **Race mixing is treason**. Hillsboro: Resistance Records, 1997, faixa 03. 01 CD. Tradução nossa.

BANDEIRA de Combate. Carecas do Brasil. In: **Questão de honra**. São Paulo: Ultra Violence Records, 2001, faixa 11. 01 CD.

BANDEIRA de Combate. Tio Sam. In: **Questão de honra**. São Paulo: Ultra Violence Records, 2001, faixa 03. 01 CD.

CABRAL, Ricardo Pereira. A política externa do governo Luís Inácio Lula da Silva e as relações com os Estados Unidos da América. In: MUNHOZ, Sidnei J.; TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. (Orgs.). **Relações Brasil-**

**Estados Unidos:** séculos XX-XXI. Maringá: EDUEM, 2011, p. 309-360.

COMANDO Blindado. Nutrindo raiva, causando dor. In: **Marchando rumo à vitória**. Porto Alegre: Zyklon-B Records, 2006, faixa 07. 01 CD.

COMANDO Blindado. Pano de chão. In: **Luta nacional**. Porto Alegre: Independente, 2001, faixa 01. 01 CD.

COSTA, Márcia Regina da. **Carecas do Subúrbio:** caminhos de um nomadismo moderno. São Paulo: Musa Editora, 2000

GAY, Peter. **O cultivo do ódio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros:** verdadeiro, falso, fictício. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Otávio Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **500 anos de periferia:** uma contribuição ao estudo da política internacional. Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/Contraponto, 2001.

HOBBSAWM, Eric J. **Nations and nationalism since 1780:** Programme, myth, reality. United Kingdom: Cambridge University Press, 1992.

HORNE, Gerald. Race from power: U.S. Foreign policy and the general crisis of “White Supremacy”. In: HOGAN, Michael J (Org.). **The ambiguous legacy:** U.S. foreign relations in the “American Century”. New York: Cambridge University Press, 1999, p. 302-336.

MARTINEZ JR, Belio Antonio; SELEPAK, Andrew. Power and violence in Angry Aryans song lyrics: a racist skinhead communication strategy to recruit and shape a collective identity in the White Power Movement. **C&S**. São Bernardo do Campo, v. 35, n. 1, p. 153-180, jul/dez de 2013.

POTOK, Mark. **Racist skinheads:** understanding the threat. Alabama: SPLC Publications, 2012.

SOARES DO BEM, A. A insustentável identidade dos Skinheads tropicais: uma abordagem sociológica. In: BRITO, A. M. B et al. (Org.). **Educação e identidade negra**. Maceió: Edufal, 2005a, p. 100-115.

TEIXEIRA DA SILVA, Francisco Carlos. Sobre os tribunais no Terceiro Reich. Os fascismos e ditaduras: o que ainda há para estudar? In: TEIXEIRA DA SILVA, F.C. et al (Orgs.).

**Velhas e novas direitas:** a atualidade de uma polêmica. Pernambuco: UPE, 2014, p. 28-48.

VOICE, The. Hang'em high. In: **Rage**. St. Paul: White Terror Records, 1996, faixa 03. 01 CD. Tradução nossa.